

A POLÍTICA MINEIRA DE AVALIAÇÃO E A QUALIDADE EDUCACIONAL: A CAPACITAÇÃO DA EQUIPE GESTORA EM FOCO

**Keila Fernanda Silva
Maria Simone Ferraz Pereira Moreira Costa**

Resumo:

A presente pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC (Edital N° 02/2013), objetiva identificar quais melhorias/transformações a política de avaliação mineira tem provocado na escola e se essas transformações tem produzido qualidade educacional. Assim, desenvolvemos um estudo sobre o SIMAVE com base nos dados coletados por meio de pesquisa documental e observações a fim de produzir conhecimento sobre a produção da qualidade no interior de uma escola pública municipal. Constatamos que inicialmente os gestores são capacitados pela SRE para posteriormente capacitarem os professores aplicadores das avaliações, essa capacitação norteia as ações dos profissionais da escola para o treinamento com os alunos e a aplicação das provas sempre com o intuito de que tudo ocorra bem, evidenciando uma concepção de qualidade.

Palavras-chaves: Avaliação Externa; SIMAVE; Gestão Educacional.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (Edital N° 02/2013), por meio do subprojeto de pesquisa “A produção da qualidade a partir da política de avaliação sistêmica mineira em uma escola municipal” encontra-se inserido no projeto de pesquisa “A produção da qualidade a partir da política de avaliação sistêmica mineira dos municípios Estrela e Girassol”.

Vale ressaltar que nossa proposta tem sido desenvolvido por um grupo de estudos e pesquisa em Avaliação Educacional, de uma instituição de ensino superior federal. Esse grupo de estudos e pesquisa agrega docentes e estudantes de duas cidades do estado de Minas Gerais e, nos últimos anos, tem se dedicado a desenvolver reflexões sobre a realidade da avaliação nos dois municípios mineiros.

Com o objetivo de estudar e compreender como a avaliação sistêmica tem sido conduzida nas escolas, considerando que educação de qualidade deve ser para todos

independente de classes sociais optamos nesse trabalho pesquisar uma escola da Rede Municipal de Girassol considerada carente. Para isso, utilizamos os seguintes critérios de escolha da escola: escola situada em um bairro periférico da cidade considerada uma escola com grande índice de alunos carentes e, que tem ficado entre as escolas municipais, com baixo índice de rendimento nas avaliações externas.

Nesse trabalho, fizemos um recorte da pesquisa e trouxemos para a reflexão uma breve discussão sobre o Sistema Mineiro de Avaliação da Rede Pública - SIMAVE e a capacitação da equipe gestora pela Superintendência Regional de Ensino-SRE para a aplicação das avaliações.

UM BREVE OLHAR PARA A AVALIAÇÃO EXTERNA

A educação brasileira tem vivido nos últimos anos um intenso processo de avaliação que em seus princípios professam a busca pela qualidade educacional. De acordo com a perspectiva governamental a Avaliação Sistemática ou Avaliação Externa é uma modalidade de avaliação em larga escala, a qual visa subsidiar políticas públicas na área educacional, contribuindo para a qualidade e equidade da educação pública brasileira.

De acordo com a LDB 9396/96 compete à união, aos estados e aos municípios as seguintes atribuições em relação à avaliação:

Art. 9º. A UNIÃO incumbir-se-á de:

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

Art. 10. Os ESTADOS incumbir-se-ão de:

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

Art. 11. Os MUNICÍPIOS incumbir-se-ão de:

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; (BRASIL, 1996).

Segundo Gatti (2009), entre os anos de 1981 e 1991 foram realizadas avaliações de rendimento escolar para alunos de 2ª e 4ª séries, o qual obtiveram resultados abaixo do esperado, isso acabou despertando o interesse das administrações públicas sobre os processos avaliativos. A autora traz que, “ os primeiros estudos mais abrangentes de alunos e escolas serviram de base para a implementação do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Brasileira.”(GATTI, 2009. p, 11).

O SAEB, uma avaliação em larga escala, de âmbito federal foi criado na década de 90 e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e é uma das primeiras estratégias brasileiras para obter resultados referentes à aprendizagem dos alunos.

O SAEB tem como objetivo dar apoio aos municípios e estados na construção de políticas públicas que priorizam um ensino de qualidade. Esse sistema de avaliação visa construir dois tipos de medidas, de acordo com o Ministério da Educação “A primeira, da aprendizagem dos estudantes e, a segunda, dos fatores de contexto correlacionados com o desempenho escolar”. (BRASIL, 2013)

No bojo desse processo de busca da qualidade educacional, tendo a avaliação como estratégia para tal qualidade, diferentes estados também planejaram e implementaram sistemas de avaliação. De acordo com Soares e Oliveira (2011, p.2) “em vários estados também ocorreram avaliações externas com objetivos semelhantes (...)”.

Com o estado de Minas Gerais não foi diferente. Em 1992 foi instituído o Programa de Avaliação das Escolas da Rede estadual de Ensino de Minas Gerais, o qual deu origem, em 2000, ao Sistema Mineiro *de Avaliação da Educação Pública* - SIMAVE.

O SIMAVE foi criado pela resolução nº14 de 03/02/2000 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. O principal objetivo para a criação do SIMAVE foi a implementação do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB.

De acordo com Falci (2005) os resultados do SIMAVE contribuem para a formulação de propostas pedagógicas dentro da escola, as avaliações desse sistema, na perspectiva governamental, não priorizam avaliar individualmente o aluno, mas obter resultados coletivos para melhoria da educação e não tem intenção de classificação.

Com os resultados das avaliações há uma maior preocupação com as metas e notas que a escola deve atingir, com isso, gera-se maior competição e responsabilização por parte dos gestores e dos docentes que atuam nas escolas, que a todo o momento cobram dos professores e esses por sua vez, cobram dos alunos melhores resultados.

Diante disso, Freitas (2007, p.980) traz que “educação (de qualidade) para todos e cada um é cara”. Para contemplar um ensino satisfatório a todas as classes sociais deve-se haver mais políticas educacionais, professores capacitados, salas de aulas adequadas, materiais didáticos que supram a necessidade dos alunos, valorização do

professor, enfim, vários aspectos que possam permitir que a rede pública ofereça uma educação de qualidade e com equidade. Não se limitando assim, à medição do desempenho em avaliações elaboradas distantes da realidade concreta das escolas.

Freitas (2007, p.981) ainda ressalta que “Prova Brasil, SAEB e IDEB devem ser instrumentos de monitoramento de tendências e não instrumentos de pressão”. Neste contexto as avaliações têm sido basicamente um instrumento de competição e exclusão, uma educação de qualidade vai muito além de avaliar competências de Língua Portuguesa e Matemática, mas é preciso também pensar o aluno “na sua capacidade de sentir, pensar, criar e desenvolver-se física e mentalmente” (FREITAS, 2011).

Nesse sentido, nos questionamos se políticas e práticas de avaliação descontextualizadas não podem contribuir para que os profissionais da educação deixem de se preocupar efetivamente com o ensino/aprendizagem do aluno e foquem em um ensino mecanizado o qual o aluno deve seguir para que seja capaz de realizar as avaliações externas e alcançar os resultados esperados.

Em busca de compreender tal questionamento nos inserimos na dinâmica concreta do trabalho pedagógico de uma escola municipal para identificar quais melhorias/transformações a política de avaliação mineira tem provocado e se essas transformações têm produzido qualidade educacional. Para isso, acompanhamos várias ações relacionadas à temática, tanto aquelas que aconteceram na escola como as que algumas profissionais da escola foram convocadas a participar em função da aplicação das avaliações.

Nesse trabalho, fizemos um recorte e trouxemos para a reflexão os aspectos levantados na capacitação da equipe gestora pela SRE para a aplicação das avaliações do SIMAVE.

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE GESTORA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO PARA APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DO SIMAVE

Assim que iniciamos nossa observação dentro da escola dias antes da aplicação das avaliações externas, constatamos que os professores já se preparavam para as avaliações externas que logo aconteceriam. Diante disso, desde o início foi possível perceber que a escola e alguns profissionais começaram a mudar sua rotina diária por

consequência destas avaliações. Na sala de aula, os professores davam maior ênfase nas disciplinas de Português e Matemática, passando inúmeros exercícios elaborados pela equipe gestora e exercícios retirados das avaliações passadas e na sala dos professores conversavam bastante sobre o assunto. A equipe gestora além de elaborar exercícios para os professores aplicar aos alunos antes das avaliações externas participava de reuniões fora da escola a respeito das avaliações externas. Foi possível participar de uma reunião na SRE juntamente com a diretora da escola, a qual tinha como objetivo trazer informações e capacitação para os diretores das escolas municipais.

Assim, no dia 09 de outubro de 2013 fomos à 16ª SRE para a capacitação dos diretores das escolas municipais. Esta capacitação teve como objetivo instruir os diretores para a aplicação das avaliações do PROEB e PROALFA que aconteceriam no ano de 2013.

As responsáveis pela capacitação no período da pesquisa eram as coordenadoras de área das avaliações externas Orquídea e Nigella. Orquídea iniciou apresentando Nigella, dizendo que a partir daquele momento ela seria sua companheira nos assuntos ligados à avaliação. Em seguida ela pediu para que todos aproveitassem bastante a capacitação, pois a mesma era muito importante, um momento essencial, pois por meio dela os gestores das escolas obteriam as informações necessárias para que pudessem realizar as avaliações com sucesso em suas respectivas escolas.

Após essa breve introdução ela apresentou os dias que as avaliações seriam aplicadas sinalizando que o PROEB e o PROALFA, em 2013, seriam aplicados no mesmo dia. Sendo dois dias de provas 28 e 29 de outubro de 2013, conforme o quadro abaixo:

Quadro I - Dias definidos para realização das avaliações do SIMAVE.

Avaliações:	PROALFA	PROEB
Dia 28	2º e 4º ano	5º ano: Língua Portuguesa
Dia 29	3º ano e Baixo Desempenho	5º ano: Matemática

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas pela coordenadora da avaliação externa da SRE, 09/10/2013.

A coordenadora Orquídea afirmou que os dias não podiam ser mudados e que não eram todas as escolas que aplicariam as provas amostrais para o 2º e 4º ano, dentre essas escolas a instituição que desenvolvemos a pesquisa não aplicaria. Vale destacar

que as escolas que fazem as provas amostrais não são definidas pela SRE, elas já vem definidas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED.

Consideramos relevante destacar que as avaliações do SIMAVE são coordenadas pelo CAED, da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, a qual elabora as provas que são aplicadas e as encaminha para a Superintendência Regional de Ensino.

Em seguida ela apresentou o dia da Prova Brasil, que seria aplicada entre os dias 11 e 21 sendo que em outro momento essa data seria definida. Neste momento Orquídea explicou que a Prova Brasil é tão importante quanto o PROALFA e PROEB, pois é dela que se calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB. Neste momento questionou: “quem quer cair no IDEB?” E vários gestores balançaram negativamente a cabeça sinalizando que não queriam cair no IDEB. (Registro em Diário de Bordo, 09 de outubro de 2013).

Posteriormente a coordenadora explicou que ainda em 2013 os alunos seriam avaliados por uma nova avaliação, a Avaliação Nacional de Alfabetização- ANA. Avaliação do governo federal, destinada aos 3º anos do Ensino Fundamental que avaliaria Língua Portuguesa e Matemática, a aplicação da mesma aconteceria entre os dias 11 e 21 de novembro. De acordo com o site do INEP,

[...] a ANA tem como objetivo: avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental; produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino; concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional; aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições de oferta das instituições às quais estão vinculadas (BRASIL, 2013).

Compreendemos que um dos objetivos defendidos pelo governo para a realização dessa avaliação é contribuir para a qualidade da educação por meio da produção de resultados. No entanto nos indagamos: qual o motivo de outra avaliação externa para essa modalidade de ensino que já é avaliada em Língua Portuguesa pelo PROALFA? Não existe relação entre os resultados do governo estadual e federal? Para a redução de desigualdades é realmente necessário criar novas modalidades de

avaliação? E que concepção o governo incentiva quando defende a qualidade do ensino baseado em resultados? Governo Federal e Estadual não caminham juntos?

Após estas explicações, a coordenadora falou sobre a entrega dos pacotes das avaliações do SIMAVE para as escolas que aconteceria no dia 11 de outubro. Segundo a coordenadora os pacotes deveriam ser retirados na SRE pelos próprios diretores. Afirmou que é uma responsabilidade muito grande e que é preciso muito cuidado ao escolher o lugar para guardá-los. Assim se expressou:

“Esse é um momento de muita cautela, qualquer deslize com esses envelopes pode comprometer o nome da escola, por isso é preciso escolher muito bem o lugar onde eles ficarão”
(Orquídea, registro em diário de bordo, 9 de outubro de 2013)

Diante disso, Orquídea disse que se no dia das avaliações o diretor da escola tivesse alguma dúvida surgida apenas naquele dia e, se considerasse necessário, poderia ligar para ela, no entanto, se não houvesse uma real necessidade os diretores deveriam resolver o que fosse necessário sozinhos.

Após essas informações foi passado um vídeo com orientações sobre o PROEB e PROALFA. O vídeo iniciou explicando que as avaliações do PROALFA e PROEB são avaliações externas que compõem o SIMAVE e que as mesmas permitem delinear políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade do ensino e fornecem subsídios às escolas.

Em seguida, trouxe algumas orientações para os professores aplicadores essenciais no dia das avaliações. São eles: verificar a etiqueta dos pacotes se estão corretas; ler as informações contidas no manual do professor aplicador; levar relógio para marcar o tempo de duração, lápis e borracha para emprestar aos alunos que precisarem; chegar com antecedência a escola para receber os pacotes; verificar se todo o material pedagógico foi retirado ou tampado da sala de aula; organizar as carteiras em fila; apresentar-se a turma e explicar a importância de responder ao teste da melhor forma possível; fazer a chamada antes da entrega dos testes; abrir o pacote somente na frente dos alunos; verificar se o conteúdo dos pacotes estão corretos; a aplicação dos teste terá duração de 2h30min; distribuir os teste na sequência que vierem nos pacotes.

Diante disso, a coordenadora pediu para que os diretores capacitassem os professores aplicadores e também a comissão de acompanhamento. Essa comissão deveria ser composta por duas pessoas, podendo ser membros do colegiado, ou quem o colegiado quisesse escolher para acompanhar as aplicações das avaliações. Esta

comissão tem como responsabilidade fiscalizar a execução das avaliações na escola, bem como verificar se os malotes dos testes estão lacrados e se os professores aplicadores não são regentes da turma que está realizando as avaliações, ao término a comissão preencherá um relatório que vem junto com o malote das avaliações. Orquídea destacou que a capacitação deveria acontecer o mais rápido possível e, que após essa capacitação, seria necessário encaminhar a ela ata da mesma.

Identificamos que há uma preocupação muito grande em relação a aplicação das avaliações, todo movimento requer cuidado e alguém para fiscalizar o que acontece dentro da escola, para que o inesperado não aconteça no dia dos testes. Constatamos que o medo é algo que aparece constantemente no processo de realização das avaliações externas, desde as coordenadoras da SRE quanto os diretores e professores que são responsabilizados diretamente pelos resultados e pela demonstração de qualidade à comunidade.

Isso reforça a lógica da prestação de contas presente nas políticas de avaliação tanto do governo federal como do estadual, defendida por Castro como uma necessidade. Assim se expressa:

[...] não menos importante é a prestação de contas a sociedade (...) os pais e a sociedade também precisam entender melhor os instrumentos e os resultados das avaliações externas para que possam fiscalizar e cobrar mais das escolas de seus filhos (CASTRO,2009, p.70).

Diante de todas essas explicações Orquídea fez algumas orientações às diretoras, a saber:

“Vocês tem que zelar pelo ambiente da escola neste dia”;
“Alguma coisa que der errado é o diretor que vai responder”;
“Vocês tem que treinar os meninos para preencher o cabeçalho corretamente”;
“O menino do 5º ano é muito imaturo por isso é preciso orientar sobre o preenchimento do gabarito”;
“O professor não poderá mexer em hipótese alguma na prova do aluno, ele tem que fazer sozinho”;
“Os professores já estão treinando esses meninos?”;
“Não podem demorar senão não terão tempo”.

(Registro em Diário de Bordo, 9 de outubro de 2013)

Mais uma vez aqui podemos perceber a concepção de qualidade que perpassa as instituições escolares e o que as mesmas priorizam dentro do ensino. A qualidade da educação tem se baseado em resultados priorizando algumas disciplinas como português e matemática, consideradas essenciais à formação dos estudantes e muitas vezes

deixando de lado a formação mais ampla do cidadão; a metodologia de ensino fica restrita ao treinamento do aluno para sair bem nas provas.

Dentro deste contexto, Barriga (2001, p.77 apud MUNIZ,2006, p.68) ressalta que,

Desta forma, a ação na aula se converte em uma ação perversa em seu conjunto: os professores só preparam os alunos para resolver eficientemente os exames e os alunos só se interessam por aquilo que representa pontos para passar no exame. O exame moderno (com seu sistema de notas) se converteu de fato num instrumento adequado para a perversão das relações pedagógicas. Estas não se prendem mais ao desejo de saber.

No nosso contexto atual, a educação tem sido fonte para processos avaliativos competitivos e classificatórios que contribuem para a concepção da educação brasileira como mercado, em que o sujeito carrega a culpa do seu fracasso ou a motivação do seu sucesso. Nesse contexto, a qualidade da educação só é reconhecida se a escola tiver um bom desempenho, resultados significativos e uma procura da sociedade por vagas.

Nigella, também coordenadora da avaliação externa, após as orientações de Orquídea fez a leitura da resolução n. 2361 de 16 de julho de 2013, ressaltando que essa resolução é do estado, porém o município tem que seguir. Esta resolução estabelece que nos dias das avaliações o ambiente esteja tranquilo e que não seja realizada nenhuma atividade extraclasse.

Nesse momento, a diretora da SRE Margarida, chegou na capacitação e deu algumas orientações sobre as avaliações. Ela explicou que a escola e os alunos ainda estão se acostumando com esse tipo de avaliação, por isso é preciso paciência nos dias das provas, e que é de responsabilidade do diretor cuidar para que tudo saia bem e a escola tenha bons resultados. Mais uma vez apareceu aqui a ênfase na responsabilidade da gestão e na garantia do bom desempenho como sinônimo de qualidade.

Margarida reforçou o que Orquídea disse no início, que o PROEB e o PROALFA são um treinamento para a Prova Brasil, por isso era preciso muito cuidado, pois é a partir desse momento que os alunos vão se acostumando com as avaliações e o SIMAVE tem sido base para que os alunos comecem a se moldar para as avaliações que compõem o IDEB. Após essa fala ela afirmou:

“É o momento que mostramos a nossa cara, a cara da escola, o IDEB mostra a melhor e a pior escola da cidade”;

“Qual escola vai que quer se a pior? Por isso é preciso começar rápido”

(Registro em Diário de bordo, 9/10/2013).

Diante dessas afirmações constatamos a preocupação com a visão da sociedade frente à escola e, a concepção de mercado presente no contexto de educação, de competição onde ninguém quer ser pior. Nessa perspectiva, Abrucio (1999, p.189 apud SOUZA, 2003, P.876) afirma que “os consumidores podem escolher a unidade de serviço público de maior qualidade”.

Nesse contexto, entendemos porque a escola teme por resultados ruins, pois esses resultados vão definir e apresentar para a comunidade que ela não é uma escola com qualidade, influenciando inclusive na procura por parte da sociedade. No entanto, será que ser melhor frente esses resultados é ter maior qualidade? O que aparentemente essas afirmações apresentam é que qualidade significa bons resultados e, por consequência, a escola que for ruim não é considerada com um ensino de qualidade.

Na semana das avaliações, segundo Margarida, não poderá ter nada de diferente na escola, ela tem que estar bem tranquila. E, além disso, ela afirmou que era preciso colocar cartazes bem bonitos. Margarida assim se expressou:

“A criançada tem que estar tranquila, se elas tiverem agitadas não realizarão as provas com sucesso”.

“A Regional de Ituiutaba é muito elogiada, não podemos deixar que isso acabe”.

(Registro em diário de bordo, 9/110/2013).

Em seguida, reafirmou mais uma vez as orientações dadas pela coordenadora, e pediu para os diretores capacitarem bem os professores que acompanharão a aplicação das avaliações. Ao se referir sobre as avaliações externas ela disse:

“Ela mede sim o nosso trabalho, mas isso é preciso para que façamos um bom trabalho”. (Registro em diário de bordo, 9/10/2013)

De acordo com a concepção das profissionais responsáveis pela capacitação, para que haja um bom trabalho é preciso monitoramento, cobrança e fiscalização. Nessa perspectiva essa realidade tem nos revelado que a educação tem se organizado cada vez mais na lógica do mercado, pois se utiliza de estratégias para disseminar a ideia que assim como para ter bom resultado é preciso cobrança, para um bom trabalho também é preciso monitoramento e classificação.

Com essa afirmação ela disse que o diretor era fundamental nesse processo e para isso utilizou a seguinte metáfora,

“Quem engorda o gado é o olho do dono, assim é com a escola” (Registro em diário de bordo, 9 de outubro de 2013).

Essa afirmação revela a responsabilidade posta no diretor, como o profissional que controla e faz todo o movimento dentro da escola, por isso a sua importância nesse processo, pois ele é peça fundamental para que tudo aconteça da melhor forma possível. Será que essa concepção está relacionada à ideia de que o diretor ainda é visto como poder centralizador dentro da escola, alguém que controla todos os atos dentro da instituição? E o professor, não é o responsável direto pelo trabalho em sala de aula com os estudantes? Como acontece a relação entre equipe gestora-professores-bons resultados-qualidade da escola?

Após essas afirmações a capacitação foi encerrada. Em todo o período desta reunião foi possível perceber a preocupação dos diretores com as informações que estavam sendo passadas, pois os mesmos se mantiveram a todo momento bem atentos às falas, prestando bastante atenção nas coordenadoras. Isso nos remete a questionar: se todo ano há essa capacitação, o porque de tanta atenção nas informações passadas? Qual a necessidade dessa capacitação para os gestores da escola, eles influenciam o trabalho do professor na sala de aula? Ou eles serão apenas os porta-vozes das coordenadoras para os profissionais da escola?

Ainda frente as informações passadas, percebemos a preocupação por bons resultados, a responsabilização passada para a escola no alcance dos resultados. Diante disso, é possível levantar as seguintes indagações: para uma escola ser de qualidade é preciso sair bem nas avaliações externas? E as avaliações internas da escola, não há nenhum significado ou elas são usadas para a realização das avaliações sistêmicas? Qual o sentido do treinamento? Qualidade está relacionada ao treino?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste contexto de avaliação externas a escola tem sido cobrada na mesma lógica que orienta o mercado, pois para que consiga atingir bons resultados é necessário competir e mostrar resultados satisfatórios que comprovem a qualidade do sistema. Com isso, neste processo a gestão das escolas do município Girassol tem tido papel central para o desenvolvimento da rotina das escolas no período das avaliações externas. Durante todo treinamento a SRE passou a responsabilidade do sucesso ou fracasso dos

alunos para a gestão, evidenciando que ela era a responsável por tudo dar certo no dia, garantindo assim o bom resultado, ou seja, a qualidade.

Sendo assim, a gestão tem se incumbido de passar todas as informações através de um treinamento para os professores aplicadores e professores regentes, afim de que a escola consiga atingir bons resultados. A qualidade do ensino tem passado pelas mãos da gestão no momento em que eles têm a responsabilidade de cuidar e transmitir aos professores o que é imposto pelo sistema de avaliação externa e esses, devem treinar seus alunos para alcançar o bom resultado.

Com isso, as escolas se moldam para garantir esses bons resultados, mesmo que a realidade seja diferente dos resultados alcançados, mas que são necessários para mostrar a sociedade que a “*Qualidade*” está presente naquela escola.

E então como nos traz Freitas (2007, p.979) “qualidade para quem?” Para os alunos que estão dentro da escola, ou uma falsa qualidade que deve ser mostrada e comprovada para o governo e sociedade?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **SAEB 2001: novas perspectivas**. Matrizes de Referência do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília: MEC/Inep, 2001.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **A Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. 40p.:il., tab.

FALCI, Vanira Passarella. **O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – SIMAVE**. In_. O SIMAVE na prática pedagógica: um estudo em duas escolas da 18 a. Superintendência Regional de Ensino - Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: [s.n], 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação Adiada: O Ocaso das Classes Populares no Interior da Escola e a Ocultação da (Má) Qualidade do Ensino**. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n.100, p.965-987, Especial-Out. 2007.

_____. **Começar pelo começo: o que temos a oferecer aos jovens? Caros Amigos**, Especial Educação, ano XV, n. 53, junho, 2011.

GATTI, Bernardete. **Avaliação de Sistemas educacionais no Brasil**. Sísifo. Revista de Ciência da Educação, 2009, pp.7-18.